



ÁSIA/COREIA DO SUL - O novo governo prepara a "manobra fiscal" para as comunidades religiosas

Seul (Agência Fides) - O governo da Coreia do Sul, guiado pela nova presidente Park Geun-hye, do Partido conservador Saenuri, está se preparando para introduzir na nova lei fiscal que será emanada em fins de janeiro, a cobrança de impostos para as rendas e entradas recebidas pelas diversas comunidades religiosas e seus representantes.

A possibilidade de impor taxas aos líderes religiosos (principalmente padres cristãos e monges budistas), que até agora gozavam de isenção fiscal, já havia sido proposta pelo governo precedente. Na Coreia do Sul, os religiosos são considerados isentos porque realizam “serviço espiritual”. Como observam fontes da Fides, existem na Coreia Igrejas protestantes e evangélicas que são verdadeiras empresas, administram meios de comunicação, comércio, bens imóveis e investimentos acionários.

Os impostos, afirmam os observadores, podem contribuir para melhorar a transparência e a credibilidade na administração financeira das fundações religiosas. Além disso, a “taxa sobre a religião” pode ser um gesto simbólico para defender o princípio de igualdade e equidade. Segundo uma recente pesquisa, efetuada pelo “Korean Institute for Religious Freedom”, de 1.000 entrevistados, 65% se demonstraram favoráveis à aplicação dos impostos aos grupos religiosos.

Em um recente seminário, o “Conselho Nacional das Igrejas na Coreia”, que representa as Igrejas protestantes, como 21 mil comunidades e mais de 6,4 milhões de adeptos, debateu a questão, afirmando que o regime de cobrança de impostos pode ajudar as Igrejas a manter a transparência, obtendo mais confiança de seus fiéis. Enquanto alguns líderes religiosos se disseram cépticos, outros representantes da Igreja católica e protestante, e a Ordem Jogye, maior grupo budista do país, se disseram dispostos a “honrar suas obrigações fiscais”. (PA) (Agência Fides 11/1/2013)